



Trabalhismo e Nacionalismo: projetos para o Brasil nas páginas do jornal *Fôlha Trabalhista* (1961-1964)

RAILTON SOUZA SANTOSⁱ

Resumo: Esse estudo enfatiza o exercício de poder e a sua influência na sociedade, a partir de dois periódicos, a saber, *Folha Trabalhista*, vinculada ao PTB, produzido no interior do Estado. Busca-se compreender o posicionamento desse veículo em relação ao debate em torno do pensamento e das ações políticas das forças da direita e da esquerda, enfocando a atuação dos petebistas no que tange ao nacionalismo. Parte-se do pressuposto de que a imprensa é uma representação do real, e não é o retrato fiel da realidade, mas de momentos selecionados da realidade. Pois, o processo de seleção do que publica-se nos jornais é determinado tendo em vista os próprios critérios jornalísticos, que por sua vez, são motivados pela ideologia política a qual a imprensa está associada.

Palavras-chave: Nacionalismo; imprensa; ideologia; PTB.

Introdução

Na categoria de fenômeno social, o nacionalismo desponta na época moderna no bojo da construção dos Estados nacionais que, eventualmente, aglutinavam sob o mesmo território e administração diversas nacionalidades. Com razoável segurança, pode-se recorrer à premissa de que as nações vêm antes do nacionalismo, ainda que o processo histórico instituído a partir do final da I Guerra Mundial (1914 – 1918) injete alguns problemas nessa máxima. Em que pese as dissensões em torno das origens do movimento, vale pontuar que o fenômeno do nacionalismo alcançou magnitude significativa ao longo do século XX, de maneira que chegou a se tornar árdua a tarefa de conduzir uma investigação histórica do período sem se reportar a suas implicações políticas e sociais.

O tema nacionalismo tem suscitado inúmeras discussões no decorrer da história em função das várias interpretações nacionalistas. Conservadores, liberais, socialistas e nazistas tinham pontos diferentes de vista sobre o mesmo assunto. Existe uma considerável produção de pesquisas localizadas em distintos campos teórico-metodológicos do conhecimento científico. No domínio das ciências humanas o nacionalismo tem sido alvo de vários debates e interpretações. Trata-se de um conceito: “Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados”. (KOSELECK, 2006:109). Quando se lida com conceitos políticos, é necessário observar que as circunstâncias políticas e linguísticas se agregam ao significante, de maneira que um conceito pode expressar uma pluralidade semântica de significados possíveis de serem determinados historicamente.

Um aspecto que introduz maior complexidade a esse quadro é justamente a dificuldade de se debater os processos históricos fora da esfera das nações, como salienta a pesquisadora (FONTES, 1998), as duas mais influentes correntes político-filosóficas (liberalismo e socialismo) buscarão priorizar o espaço nacional enquanto local de atuação dos homens, mesmo que demonstrem a preocupação de estender as fronteiras em que ocorrem esses mesmos processos históricos. A apresentação deste sucinto cenário chama a atenção para a importância e os entraves inerentes a conceituação do conceito de nacionalismo.

As intensas mudanças nos diferentes esferas da vida social no decorrer da década de 1930 sinalizam a ascensão do nacionalismo como ideologia agregadora de grupos sociais distintos e ratificadores de políticas estatais, anunciada como indispensáveis para o conjunto da sociedade. Esse trabalho tem como marco final o golpe de Estado desferido em 1964, quando um paradigma de organização social vai se sobrepôr a outros projetos de sociedade, sendo que a tônica nacionalista é objeto de lutas por parte dos agentes políticos.

Em meio aos diferentes partidos e segmentos que atuaram na construção de um projeto político e social norteado pelo reformismo atrelado ao trabalhismo getulista, sobressai-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, identificando-se com o nacionalismo e o distributivismo, proposições peculiares à conjuntura gestada nos anos 40, 50 e 60, defendeu um projeto próprio para o Brasil.

Nessa temporalidade existia um forte sentido de esperança, que trazia como principal marca a consciência da capacidade de interferência sobre o a dinâmica da História, buscando-se por em prática um projeto de nação comprometido, sobretudo como o desenvolvimento social. Segundo (DELGADO: 2001:171):

esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo eram elementos integrantes da utopia desenvolvimentista que se constituiu como signo daquela época. Portanto, a conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos anos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país.

Um projeto nacional bastante preciso, bem definido e concatenado com o horizonte de expectativa que alimentou as esperanças de partes da população brasileira em um tempo singular da história republicana brasileira. Entretanto, esse projeto não era unísono muito menos uniforme na sua concepção. A ser verdade, composto por proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil. De modo que é possível verificar um projeto reformista atrelado a objetivos socialistas cuja defesa ficou a cabo dos comunistas. Da mesma forma, pode-se evidenciar a forte atuação dos católicos definidos como progressistas, que precipuamente, por meio de movimentos leigos como o de Ação Católica, desenvolviam um alentado trabalho em torno de propostas que se voltavam para o

reformismo e justiça sociais. Nessa linha de pensamento também é possível perceber organizações como a União Nacional dos Estudantes e os sindicatos estiveram envolvidos nos embates desse gênero. Mas autora advoga a favor da ideia de que “mesmo que através da pluralidade de proposições que conformavam o programa de reformas que se projetava para o país, sua ênfase racionalista e distributivista caracterizou-se como fator constitutivo da identidade de uma conjuntura histórica particular”. (DELGADO, 2001:172).

Em meio aos diferentes partidos e segmentos que atuaram na construção de um projeto político e social norteado de modo geral por tais objetivos, sobressai-se o Partido Trabalhista Brasileiro, que, identificando-se com o nacionalismo e o distributivismo, proposições peculiares à conjuntura gestada nos anos 40, 50 e 60, defendeu um projeto próprio para o Brasil, a saber, o trabalhismo brasileiro. A importância real que o trabalhismo alcançou naqueles anos, deu-se em função de suas proposições programáticas que encontraram ressonância não só no Partido Trabalhista Brasileiro, como também em diversas entidades do movimento social organizado. Dessa maneira, suas propostas, além de adentrarem em instituições políticas parlamentares, como Senado Federal, Câmara de Deputados, Assembleias Legislativas e Câmeras de Vereadores, também reverberaram em programas governamentais posto em prática pelo poder executivo.

O projeto petebista tornou-se mais forte e difundiu-se, o que se explica pelo fato do referido projeto ter tido uma decidida inserção junto a segmentos da sociedade civil, que com destaque para as décadas de 50 e princípios da de 60, se empenharam para que o Estado brasileiro aplicasse, de forma definitiva, um abrangente programa de reformas sociais e econômicas. Nesse cenário que se pode ter uma compreensão das propostas e a atuação do Jornal, *Fôlha Trabalhista*, órgão da imprensa sergipana, defensora incontestável do PTB e de organizações da sociedade civil vinculadas ao partido, que com base no trabalhismo, juntaram-se ao empenho reformista do contexto na conjuntura dos anos 1940 e início dos anos de 1960.

O jornal *Folha Trabalhista*, fundado por Francisco de Araújo de Macedo, começa a circular na cidade de Estância a partir de abril de 1949. Quando de seu lançamento trazia a seguinte frase: “Trabalhar pela grandeza da pátria é uma obrigação, conservá-la unida e forte

é um dever, morrer em sua defesa é uma glória.” E os organizadores o definia como, “Hebdomário literário, político e noticioso, defensor dos interesses sociais especialmente das classes trabalhistas”. Portanto, trata-se de um periódico simpatizante do PTB e defensor do getulismo. Acompanhar a história do PTB nesse período sugere considerar várias questões e transitar por várias instituições (como sindicatos, o ministério do Trabalho, etc.). Mas uma das mais significativas dimensões da vida do PTB diz respeito às relações que se estabelecem entre getulismo e trabalhismo, isto é, a importância do carisma de Getúlio Vargas para a conformação ideológica e organizativa do PTB.

É inegável a importância dos periódicos para o enriquecimento historiográfico, já que através da imprensa, melhor podem ser entendidos determinados comportamentos e práticas de uma dada sociedade, ou seja, os jornais são parte importante do inventário dos historiadores que se debruçam sobre a construção de significados, discursos e representações presentes no contexto social. Não obstante, os impressos são também legítimos objetos de estudo da história. Ao analisar os componentes dos jornais, deve-se considerar que o jornalismo enquanto uma atividade de caráter político-ideológico é condicionado por fatores externos (culturais, sociais, políticos, econômicos) e internos (questão de organização e de adequação à equipe que compõem a redação). De fato, naquela conjuntura, as manifestações coletivas da cidadania conformaram um tempo no qual a representação do reformismo nacionalista no imaginário social de parte substantiva da população impulsionou manifestação, até então inédita na vida política nacional, do sujeito histórico coletivo. Ou seja, foi uma época em que parcela significativa da população constitui-se como ator de um momento histórico caracterizado pela contradição, posto que ainda estavam presentes antigos elementos do autoritarismo paternalista inerente ao “populismo”, e mesmo assim, ocorreu, concomitantemente, a expansão de novas manifestações participativas, as quais traziam uma forte potencial de autonomia em relação ao Estado.

No tocante a trajetória do movimento trabalhista no Brasil, sobretudo a partir de 1945, época da fundação do PTB, esta se caracterizou pela estreita relação desse partido com um projeto para o Brasil, que tinha como sustentáculo principal uma concepção distributivista de bens e benefícios. O Partido Trabalhista Brasileiro pode ser visto como expressão mais

próxima do trabalhismo brasileiro. Em decorrência, essa agremiação partidária, desde sua fundação, trouxe uma plataforma que se pautava por princípios e objetivos a partir dos quais é possível concluir que as preocupações principais do referido partido estavam ligadas a estes temas como, direitos trabalhistas; garantia de emprego; políticas públicas destinadas à qualificação do trabalhador; previdência social ampla; políticas públicas/sociais voltadas para o lazer, a saúde, a educação, a proteção à infância e à maternidade; política de planificação econômica dirigida pelo Estado; distribuição de renda e de “riquezas”; extinção do latifúndio improdutivo e adoção de uma política agrária voltada para a distribuição de terras e fixação do homem rural no campo; incentivo ao cooperativismo econômico e à “solidariedade entre todos os cidadãos”, visando à paz social.

Então, é possível afirmar que o trabalhismo do PTB foi inspirado num projeto que já estivera em discussão antes mesmo dos anos 30, e que tinha como eixo de suas preocupações as questões sociais e a organização tutelada e não tumultuada da participação política dos trabalhadores. Nesse sentido, o programa do PTB traduzia um projeto para o país que abrangia questões de organização e proteção ao trabalho como também encaminhamentos sobre a reforma da estrutura fundiária brasileira, segundo uma concepção estatizante da economia, proposição de organização da cidadania. O projeto petebista seria misto de um forte dirigismo estatal e de um forte teor distributivista e participacionista, mas as propostas do programa inicial do PTB desdobraram-se em novas proposições e renovaram-se ao longo da conjuntura em que o partido teve atuação. Assim, a forte interlocução do partido com os trabalhadores, sua característica inicial, desdobrou-se como marca permanente da atuação dos trabalhistas, o que efetivamente possibilitou não só a inserção do partido nas diferentes conjunturas do período, como fez estreitar sua relação com outras organizações partidárias.

Atrelado a todo esse processo político, encontramos o jornal *O jornal Folha Trabalhista*, durante seu período de atuação funcionaria como aparelho articulador de uma corrente nacionalista e mensageiro de projetos para o conjunto da sociedade, elaborados e propagados por essa corrente. Segundo Ibarê Dantas (1989), com a cassação do PCB e a

exclusão dos comunistas do sistema político-partidário a partir de 1947¹, muitos sindicalistas, militantes, comunistas, ou não migraram para o PTB de Francisco Araújo Macedo, que se declarava principal representante do varguismo no Estado.

No pleito de janeiro de 1947, Francisco de Araújo Macedo foi eleito deputado estadual em Sergipe na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tomando posse em março do mesmo ano. Em outubro de 1950, Macedo concorria simultaneamente ao cargo de governador, na legenda do PTB, e a uma vaga na Câmara Federal, na legenda da Aliança Popular, constituída pelo PTB, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Social Progressista (PSP). Nesse pleito eleitoral marcado, no plano nacional pela volta de Vargas através do voto popular, Macedo é vencido na corrida para o cargo de governador por Arnaldo Garcez (PSD-PR), entretanto consegue ser eleito deputado, e assume sua cadeira na Câmara em fevereiro de 1951, após deixar a Assembleia sergipana.

Sempre na legenda do PTB, novamente foi derrotado nas eleições para o governo de Sergipe nos pleitos de outubro de 1954 e de outubro de 1958, respectivamente para Leandro Maciel e Luís Garcia, sendo, porém reeleito à Câmara Federal, nessas duas quadras. Alcançando somente a primeira suplência de deputado federal em outubro de 1962, na legenda da Aliança Nacional Trabalhista, formada pelo PTB, o Partido Social Trabalhista (PST) e a União Democrática Nacional (UDN), saiu da Câmara dos Deputados em janeiro de

¹ No Brasil, as repercussões da Guerra Fria logo se fizeram sentir. No dia 7 de maio de 1947, depois uma batalha judicial, o PCB teve seu registro extinto. Nesse mesmo dia, o Ministério do Trabalho decretou a interferência em vários sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, fundada pelo movimento sindical em setembro de 1946 e que não contava com o reconhecimento oficial do governo. O PCB recorreu para o Judiciário, requerendo *habeas corpus* para o livre funcionamento das suas sedes, porém o pedido foi negado. Em seguida, os comunistas arriscaram organizar uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), anexando as teses centrais do PCB. O TSE também recusou o registro para o PPP. A exclusão dos comunistas do sistema político-partidário chegou ao ápice em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo PCB.

1963. Voltando a assumir o cargo de deputado, dessa vez como suplente no mesmo ano, permaneceu na Câmara até 5 de janeiro de 1966, quando faleceu em Brasília².

É a partir dessa condição de liderança petebista no Estado de Sergipe, que Francisco de Araújo de Macedo conduz o seu jornal, o qual se coloca como um ferrenho defensor do trabalhismo e do nacionalismo, sendo uma importante fonte para acessar os debates políticos tanto em torno de acontecimentos subitâneos, a exemplo da implantação de sistema parlamentarista, em 1961, como para identificar táticas e estratégias articuladas para satisfazer as classes trabalhadoras, ao “povo brasileiro”.

Buscando compreender o posicionamento desse veículo de informação produzido no interior do Estado em relação ao debate em torno do pensamento e das ações políticas das forças em disputa, enfocando a atuação dos petebistas, sobretudo diante da instabilidade política, da crise sucessória de 1961 até a deflagração do golpe civil- militar, nota-se que, segundo os editores do periódico, a verdadeira necessidade e desejo do povo naquela conjuntura eram as reformas de base, juntamente com a reestruturação política social e econômica do país, visando lhe dar maior assistência por parte do Estado. E assim situava o PTB nesse contexto:

Dentro dessa estrutura e das imposições da época, o PTB, por ser o mais forte dos partidos populares, sobre os seus ombros as responsabilidades, de, fiel ao seu próprio programa, oferecer condições propícias à realização das reivindicações do povo e, especialmente, dos trabalhadores brasileiros. (Fôlha Trabalhista, 29 de outubro de 1961, p. 02).

O jornal, enquanto porta-voz do "líder trabalhista sergipano" coloca o PTB como sendo o partido que teria a grande responsabilidade para com as reivindicações do povo, pois tinha as "condições propícias" para tal, inclusive por ser o mais "forte" dentre os chamados

² FONTES: AUDRÁ, A. Bancada; CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Relação dos dep.; CISNEIROS, A. Parlamentares; Jornal do Brasil (9/1/66); TRIB. SUP. ELEIT. Dados (1, 2, 3, 4, 6 e 7); WYNNE, J. História. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-araujo-macedo>

partidos populares. Desse modo, teria o PTB uma missão histórica e não poderia a ele se furtar. Porém, era preciso deixar bem claro que, tendo essa "missão", o partido não poderia nem deveria mais servir de "muleta" para os Partidos conservadores, sob pena de "incoerência" com o seu programa. E numa num cenário político que tendia para a união dos conservadores de um lado e progressistas do outro entre estes, pelas condições nacionais, seria o PTB o líder. Por que, então - pergunta -, abdicar dessa liderança e dessa "privilegiada situação"? E ainda, para que se colocar como suporte de governos reacionários? Portanto, dali em diante, a atitude do partido era a de, em caso de coligações, estas deveriam ser firmadas tendo o PTB como partido majoritário.

Disto isso, é válido caracterizar esse órgão da imprensa sergipana como um partido político no sentido que Gramsci atribui ao conceito, porque num sentido mais abrangente do termo, um partido político pode se referir a todos os grupos existentes na sociedade que sistematizam a anseio e ação de uma coletividade, agindo e direcionado o processo político.³ Essa conceituação se torna mais palpável ao se tratar de um tema como o nacionalismo, já que a apreensão do mesmo não pode ser desvinculada de um plano político, pensado para a sociedade como um todo. Mas é importante salientar que não se trata da defesa de um projeto particular de algum partido político no sentido estrito da palavra. Atuar partidariamente implica em defender certo programa político, assinalando os rumos e contornos que o Estado brasileiro necessitaria assumir.

Esta compreensão de seu papel no processo político local e nacional daria condições de propor encaminhamentos de propostas e soluções, salvaguardar interesses, noticiar acerca do agir e do posicionamento do Estado e de setores sociais, bem como de lideranças políticas em relação aos temas nacionais. Dito de outra forma, compreender a ação desempenhada pelo jornal *Fôlha Trabalhista* enquanto instrumento importante de difusão e defesa de certa visão de mundo em atrito com outras forças políticas no transcurso do processo político brasileiro. Em virtude disso, nota-se que o referido jornal dispunha de um considerável grupo de

³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. (v. 2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

colaboradores e formuladores de um projeto político de conteúdo nacionalista e anti-imperialista composto por jornalistas e intelectuais e militares, sob a liderança do deputado petebista José Araújo de Macedo.

Esse representante da imprensa sergipana cooperou imensamente para a divulgação de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais como também na sociedade civil. Essa competência de atuação deveu-se a dois fatores: o conhecimento técnico, político e intelectual de boa parte de seus componentes e ao fato de defender convicções e projetos nacionalistas, que caracterizaram a conjuntura nacional nos anos que precederam a deposição do presidente João Goulart, em 1964.

Através do estudo do referido periódico, é possível compreender seu papel na propagação de ideias políticas e embates ideológico-partidários no âmbito nacional e local, num instigante período da história republicana brasileira, em que amplos setores da sociedade brasileira se polarizaram e, por conseguinte, ocuparam o centro da arena política. Conclui-se que, no decorrer do recorte temporal aqui abordado, a *Fôlha Trabalhista* funcionou como aparelho articulador de uma corrente nacionalista e como mensageiro de projetos para o conjunto da sociedade, elaborados e propagados por essa corrente. Assim se empenharam para que o Estado brasileiro aplicasse, de forma definitiva, um abrangente programa de reformas sociais e econômicas.

Referências

- ALMEIDA, L. F. R. de. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- CARVALHO, J. M. de. **Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro.** In.: D'ARAÚJO, M. C. (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas.* Rio de Janeiro: FGV/EdUERJ, 1999. pp. 55 – 81.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945 – 1964).** In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado.** Ação Política, Poder e Golpe de Classe”. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FONTES, Vírgina. **A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica.** In: MENDONÇA, Sonia e MOTTA, Márcia. (Dir.). *Nação em crise: as dimensões da história.* Niterói, Eduff, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** (v. 2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- HOBBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.p. 109.
- LEMONS, Renato. **Justiça militar e processo político no Brasil (1964 – 1968).** In.: 1964- 2004: 40 anos do golpe. *Ditadura militar e resistência no Brasil.* Rio de Janeiro: Letras; FAPERJ, 2004, p. 282 – 289.
- MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- PEIXOTO, A. C. **O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945 – 1964).** In.: ROUQUIÉ, A. (Coord.). *Os partidos militares no Brasil.* Rio de Janeiro: Record, s/d. pp. 71 – 113.

ⁱ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Email: rai.dyda@hotmail.com